

## **Declaração de Voto relativa ao Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social na Universidade do Minho**

### **Associação Académica da Universidade do Minho**

No passado dia 5 de dezembro, a Associação Académica da Universidade do Minho tornava pública a sua posição relativa à redução do investimento na Ação Social na Universidade do Minho através de um comunicado intitulado " Ação Social em Estado de Emergência 2.0", na qual advertia a Universidade do Minho pelo desinvestimento proposto em sede de plenário do Senado Académico sobre o Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho

No documento referido, a Associação Académica da Universidade do Minho apontava como especialmente problemática a redução acentuada de praticamente 400.000€ nas transferências diretas do orçamento da UMinho para os SASUM, relativa ao ano transato, e de cerca de 300.000€ quando comparadas com os períodos a que se referiam os orçamentos de 2015 a 2018.

Aproximadamente um mês depois, em nova reunião do plenário do Senado Académico, é apresentado a este órgão o mesmo orçamento, não obstante dos esforços desenvolvidos pela Associação Académica que solicitava um aumento das contribuições mencionadas, por parte da Universidade do Minho.

Tendo em conta que a Universidade do Minho se compromete, através do contrato de confiança assinado entre as Instituições de Ensino Superior portuguesas e o Governo Português, a atender ao objetivo previsto neste contrato de que 6 em cada 10 jovens possam estar a frequentar um curso conferente de grau no Ensino Superior até 2030 - uma meta que consideramos, desde já, alcançável, cumprida uma rigorosa política de apoio ao estudante por via de mecanismos de ação social - é-nos particularmente injustificável esta redução acentuada no financiamento transferido no conjunto da Universidade do Minho e do Governo para os SASUM.

Conhecidas as várias dificuldades apresentadas pelos estudantes que utilizam os espaços e serviços afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, como é o caso, entre outros, daqueles que habitam as Residências Universitárias e continuam sem cozinhas com as devidas condições para a confecção de refeições, tornam-se cada vez mais urgentes os investimentos necessários em requalificação de espaços e no aumento da produtividade e eficiência dos vários serviços.

Ao argumento anterior, acresce que, ano letivo após ano letivo, temos vindo a assistir a um aumento progressivo da contribuição dos estudantes para as receitas dos Serviços de Ação Social, nomeadamente através dos recentes aumentos nos custos da refeição e alojamento sociais, promovendo uns serviços onde a balança das comparticipações vai pesando cada vez menos para o lado da Universidade do Minho e do Governo e, por outro lado, cada vez mais para o lado dos estudantes e dos seus agregados familiares, muitas vezes asfixiados pelas despesas de frequência no Ensino Superior que, como é do conhecimento geral, estão, em grande parte, relacionadas com os custos do alojamento e alimentação.

Acreditamos num Ensino Superior progressivamente gratuito, tal como está consagrado no Artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, e, sobretudo, acreditamos que o acréscimo da produtividade e eficiência dos SASUM não pode ser um sinónimo de desresponsabilização dos seus agentes financiadores, pelo que, acreditamos que a decisão de reduzir o nível de financiamento direto é um retrocesso na política até agora demonstrada pela Universidade do Minho que não vai de encontro à defesa dos legítimos direitos e interesses da comunidade estudantil Minhota.

Assim, e atendendo aos argumentos apresentados, os representantes do Senado Académico abaixo-assinados, em sede de sessão plenária, a 15 de janeiro de 2020, vêm por este meio deliberar e justificar o seu parecer negativo na análise feita ao Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para o ano de 2020, na certeza de que voltaremos a intervir sempre que, qualquer que seja o momento, possa ser colocada sobre os estudantes a responsabilidade de financiar esta redução acentuada de mais de 60% do orçamento, face ao período homólogo anterior.

Os representantes do Senado Académico